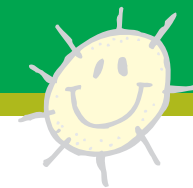


Proposta Político-Pedagógica

*Conselho Comunitário
de Educação, Cultura e
Ação Social da Grande São Paulo*

Coleção
Princípios e Práticas





Rua Armando da Fonseca, 120
CEP 08531-030 – Ferraz de Vasconcelos – SP – Brasil
Tel.: (11) 4675-7870 – (11) 4675-8349
Site: www.educarparamudar.com.br
Email: educarparamudar@terra.com.br

Diretoria

Ricardo de Oliveira Silva, João Batista Martins Neto, Ana Acilda Alves da Silva

Coordenação

Maurilane de Souza Biccas
Assessora da Ação Educativa

Autores

Educadores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores do Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social que participaram do projeto no período de 1998 a 2002

Colaboração

Cláudia Lemos Vóvio e Márcia Cristina Oliveira
Assessoras da Ação Educativa

Edição

Marques Casara

Fotografias

Educadores do Projeto Educar para Mudar

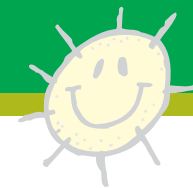
Projeto Gráfico

Rabiscos

Apoio

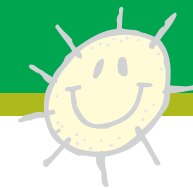


Ação Educativa



Sumário

Apresentação	7
1. O início de uma história	8
2. A construção do projeto político-pedagógico: a história de uma caminhada	9
3. Os princípios que norteiam o projeto político-pedagógico do Conselho de Educação, Cultura e Ação Social	11
4. Objetivos	12
5. O que é o Conselho	13
6. O que faz a diretoria do Conselho	14
7. Papel e atribuição dos Coordenadores Pedagógicos	15
8. Papel e atribuição dos Educadores	17
9. Formação dos Coordenadores e Educadores	18
10. Participação dos educandos	20
11. Espaços físicos: caracterização dos núcleos de alfabetização	21
12. A organização do tempo	23
13. Orientações curriculares para o desenvolvimento da alfabetização	24
14. Metodologia	25
15. Educar e Alfabetizar é...	26



Apresentação

Esta publicação foi organizada a partir do processo de formação promovido pelo Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo (CCECAS) e sob a assessoria da Ação Educativa¹. Estiveram envolvidos nesta atividade formativa 400 educadores, 40 coordenadores pedagógicos e a Diretoria do CCECAS.

O objetivo deste trabalho foi o de refletir e sistematizar o processo de criação, implantação e gerenciamento de salas de alfabetização de jovens e adultos. Essas salas estão localizadas no estado de São Paulo e em regiões desprovidas de quase todos os serviços públicos básicos, como saneamento, saúde, educação, lazer etc.

Nesse processo de formação, por meio de encontros com os educadores, coordenadores pedagógicos e membros da diretoria, buscou-se identificar elementos que norteavam os procedimentos e as práticas político-pedagógicas empreendidas por eles para organizar e fazer funcionar as salas de aula, transformando, assim, ações isoladas em procedimentos comuns e compartilhados por todos os envolvidos.

Este documento, escrito por inúmeras mãos e cabeças, possibilitou a construção da história de uma experiência de educação de jovens e adultos que vem sendo produzida por educadores populares de São Paulo. Nesse sentido, espera-se que os desafios, dificuldades e sucessos apresen-

tados possam fomentar novas discussões no próprio CCECAS, aprimorando assim o trabalho realizado. Além disso, pretende-se contribuir com outras experiências similares desenvolvidas por educadores e instituições que atuam no campo da educação de jovens e adultos.

A Proposta Político Pedagógica – Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo inaugura a coleção *Princípios e Práticas*, que consiste em materiais voltados para a formação de educadores e programas que atuam nesse campo. O objetivo desta coleção é trazer discussões sobre diretrizes e princípios pedagógicos que podem nortear o trabalho de educação de jovens e adultos. Além desse, pretende-se sistematizar e apresentar práticas pedagógicas realizadas no CCECAS.

¹ Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação é uma organização não governamental, com sede em São Paulo, que realiza atividades de assessoria, pesquisa, informação e formação. Produz materiais e subsídios para educadores, jovens e outros agentes sociais.

1 O início de uma história

Em 1998, o Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo (CCECAS) iniciou o programa de Educação de Jovens e Adultos, com 20 salas de aula, nos municípios de Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Poá.

A partir do desenvolvimento desse trabalho, os municípios de Arujá e Mogi das Cruzes também passaram a demandar os serviços de educação de jovens e adultos. Para conseguir atender a esta demanda o CCECAS firmou uma parceria com o IBEAC (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário), sendo então implantadas mais 37 salas. Logo em seguida esse número foi ampliado para 57 salas de aula.

Em 1999, a Kolping² de Guaianazes firmou um grande convênio com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que tinha por meta implantar mais 350 salas de aula na Zona Leste e nos municípios vizinhos. O projeto encaminhado foi denominado *Saber Mais*, e o CCECAS, como parceiro neste projeto, ficou responsável por implantar 90 salas de aula. Neste contexto o município de Guarulhos e alguns bairros da Zona Leste de São Paulo foram contemplados por novas salas de alfabetização de jovens e adultos.

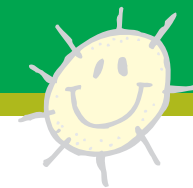
Os dois primeiros anos de existência do CCECAS possibilitaram a produção de um acúmulo significativo no campo da educação de jovens e adultos, de maneira mais específica, no que se refere à implementação e

gerenciamento de salas de aula. Esta experiência acabou por também habilitar o Conselho a elaborar e encaminhar um novo projeto junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, projeto este denominado *Educar para Mudar*. Em 2001, este projeto foi aprovado e o CCECAS ficou responsável por coordenar a implantação de 400 salas de aula, atendendo assim 10.000 alunos.

Ainda em 2001, na busca de qualificar o trabalho desenvolvido junto aos jovens e adultos, o CCECAS elaborou e encaminhou um projeto ao MEC/FNDE com o objetivo de investir na formação dos educadores e coordenadores pedagógicos.

O crescimento rápido das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como a abrangência que o projeto alcançou num curto espaço de tempo, foi colocando para educadores, coordenadores e diretoria necessidade de trocar experiências e ao mesmo tempo socializá-las entre os próprios pares e também junto a outros grupos que têm atuado neste campo. A idéia de sistematizar e disseminar o trabalho realizado passa então a ganhar força e vem tornando-se uma prioridade do Conselho.

² ONG de origem alemã que atua em vários estados brasileiros e que em São Paulo está presente em diversas regiões, como Campo Limpo, Guaianazes etc.



2 A construção do projeto político-pedagógico: a história de uma caminhada

No final de 1998, o Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo desencadeou um processo contínuo e sistemático de formação para educadores e coordenadores pedagógicos que atuavam no projeto de alfabetização de jovens e adultos. Essa atividade contou com o apoio do IBEAC (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário) e com a assessoria da Ação Educativa.

O objetivo dessa ação foi o de contribuir, por meio de diversas atividades, para elevar a qualidade da alfabetização de jovens e adultos no estado de São Paulo.

Junto aos educadores, foram abordados dois pontos principais:

- as características da Educação de Jovens e Adultos;
- as necessidades de aprendizagem dos alunos que freqüentavam o projeto.

Os coordenadores pedagógicos tiveram uma formação orientada pelas seguintes perguntas:

- O que é o Conselho?
- Que atividades educativas desenvolve?
- O que é coordenar um trabalho comunitário?
- Qual o papel do coordenador pedagógico?
- Quais as atribuições e as prioridades do trabalho do coordenador pedagógico?

- Que tipo de problemas e dificuldades enfrentam no dia-a-dia?
- Quais são as demandas de formação dos educadores?

Ao propor essas perguntas, foi dado início a uma reflexão sobre a missão e os objetivos do Conselho Comunitário, bem como sobre sua forma de organização e funcionamento.

Durante o ano de 1999, as discussões foram sistematizadas coletivamente pela Ação Educativa e pelos coordenadores pedagógicos.

Em 2000, agora com a participação de todos os educadores, foi discutida a versão preliminar do projeto político-pedagógico. Surgiu, então, o embrião do documento que agora chega às suas mãos.

Em 2001, o Conselho Comunitário teve um crescimento bastante expressivo:

- Aumentou o número de educandos, de educadores, de coordenadores pedagógicos e também de salas de aula;
- Novas linhas de ação foram incorporadas ao Projeto, tais como: requalificação profissional e tele-salas;
- A sede mudou de endereço, buscando melhorar a condução das diversas atividades;
- Foram asseguradas novas fontes de financiamento para os projetos de alfabetização de jovens e

adultos, por meio de convênios com diversas instituições públicas e organizações não governamentais: Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; Ministério da Educação/FNDE; Projeto de requalificação profissional (Social Democracia Sindical); SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho); FASE;

- Novas parcerias foram realizadas com as Secretarias de Educação dos Municípios de Ferraz de Vasconcelos, Arujá, Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba e Poá.

Ainda em 2001, na perspectiva de fortalecer os grupos que estavam atuando em outros municípios, houve uma descentralização das atividades do Conselho. Foram criadas sub-sedes³ em Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz e Guarulhos.

Neste movimento de ampliação, fortalecimento e articulação das atividades educativas desenvolvidas pelo Conselho foi criado o Projeto *Educar para Mudar*.

A idéia de elaborar este projeto político-pedagógico surgiu da preocupação de direcionar e organizar a ação educativa que estava sendo desenvolvida no âmbito do Conselho Comunitário.

Também foram priorizadas a ampliação da abrangência do Conselho e a definição de novas linhas de ação.



A sistematização inicial deste projeto político-pedagógico foi feita por inúmeras pessoas: integrantes da Ação Educativa, coordenadores pedagógicos, educadores, membros da diretoria do Conselho Comunitário.

Em 2002, o documento passou por mais uma consulta e atualização de seus princípios.

Em agosto de 2003, foi realizado um seminário⁴ que reuniu 400 educadores e 40 coordenadores, em grupos de trabalho que fizeram novas recomendações e sugestões.

A riqueza desse processo se deve à participação democrática de todos os envolvidos, que contribuíram para definir e formalizar a institucionalidade do Conselho e a construção de sua própria história.

3 O Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo passou a incentivar os pólos maiores e mais estruturados a se institucionalizarem criando sub-sedes. Assim passaram a existir 5 sub-sedes e 12 pólos.

4 O Seminário *Educação Popular em tempos de exclusão: os desafios para a educação de jovens e adultos*. No primeiro dia houve uma palestra de Miguel Arroyo, professor da UFMG, e dez oficinas de multilinguagens (artes, cinema, música, teatro, contação de histórias etc.). O segundo dia foi dedicado a leitura, discussão e encaminhamentos sobre este documento.



3 Os princípios que norteiam o projeto político-pedagógico do Conselho de Educação, Cultura e Ação Social

No Brasil, a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos ainda é um grande desafio. Não estão asseguradas, até o momento, a democratização do acesso e as condições de permanência no ensino fundamental. De modo geral, os programas educativos de redes públicas não atendem a demanda potencial para esse tipo de educação.

Dados da PNAD⁵ apontam para a existência, no Brasil, de mais de 22 milhões de pessoas analfabetas. Em termos comparativos, essas pessoas correspondem à lotação de 210 estádios do Maracanã, que tem capacidade para 105 mil pessoas.

Relatório divulgado pela Unicef⁶ mostra como é alarmante a realidade educacional brasileira. Dados de 2002 trazem as seguintes informações:

- 1,1 milhão de adolescentes entre 12 a 17 anos (o que corresponde a 5,2% do total de pessoas nessa faixa etária) ainda não sabem ler e escrever;
- somente 11,2% dos jovens entre 14 e 15 anos concluem o ensino fundamental;
- apenas 33% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio.

Para assegurar o direito à educação para todos, a legislação brasileira⁷ e vários acordos internacionais⁸ têm firmado diretrizes, acordos e planos educativos. No entanto, o poder pú-

blico ainda não conseguiu atingir as metas estabelecidas e assegurar a significativa diminuição do número de analfabetos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) determina o atendimento dos jovens e adultos que não sabem ler e escrever. Contudo, ela não indica quais esferas governamentais devem ficar responsáveis por esse programa, o que causa uma série de empecilhos para a sua efetiva implementação.

Parecer produzido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação⁹ trabalha com o conceito da função reparadora da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para que isso seja efetivamente realizado, várias instituições deverão ser chamadas para reparar a enorme dívida educacional existente no país.

É uma atividade que cabe ao Estado, sob o regime de colaboração entre os diversos poderes, e também à sociedade civil, por meio de instituições e setores organizados.

As ações realizadas por conselhos comunitários e por outros movimentos sociais visam contribuir de maneira concreta para a alfabetização de jovens e adultos. É possível, dessa maneira, criar mecanismos de inclusão das populações marginalizadas, geralmente esquecidas pelas políticas públicas.

5 Dados de 2001 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <http://www.ibge.gov.br>

6 Para saber mais, Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) – <http://www.unicef.org/brazil/>

7 Ver LDB 9.394/96.

8 Ver Declaração de Hamburgo – CONFITEA V.

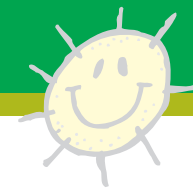
9 É nesta instância que são estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCN/EJA)

4 Objetivos

Desde sua criação, o Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo busca definir qual deve ser sua função social e que metas deve perseguir para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas comunidades onde atua. No campo da educação, o Projeto *Educar para Mudar* tem os seguintes objetivos:

- Investir na diminuição do analfabetismo na grande São Paulo, por meio da escolarização de jovens e adultos (1ª a 4ª série);
- Oferecer informações para que jovens e adultos possam melhor exercer sua cidadania;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida, geração de trabalho e renda dos educandos que participam do Projeto;
- Oferecer condições para que os educandos possam acessar outros graus e modalidades de ensino, assim como outras oportunidades de desenvolvimento social, cultural, profissional e político.





5 O que é o Conselho

O Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, juridicamente constituída por representantes da sociedade civil e pessoas jurídicas.

O Conselho é constituído por uma Diretoria eleita, voluntária, formada por presidente, vice-presidente, diretor secretário e suplente, diretor administrativo e suplente, conselho fiscal, de uma equipe de coordenadores pedagógicos, educadores, educandos e pessoas que desejam contribuir para esse trabalho.

Tem o objetivo de elevar o nível educacional e cultural dos jovens e adultos da grande São Paulo que não freqüentaram a escola quando crianças. O Conselho está estruturado em núcleos espalhados por toda a área metropolitana. O trabalho de alfabetização é realizado em caráter de voluntariado, executado por uma equipe responsável pelas atividades administrativas e pedagógicas e que recebem uma ajuda de custo para executar as atividades.

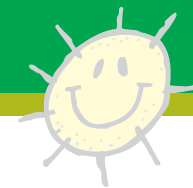
O principal projeto do Conselho é a educação de jovens e adultos, mas também são realizados, em parceria com outras instituições, cursos de capacitação profissional, projetos sociais, culturais, dentre outros.



6 O que faz a diretoria do Conselho

São atribuições da diretoria:

- Supervisionar o processo de seleção, cadastramento e formação de educadores e coordenadores administrativos e pedagógicos;
- Apoiar o trabalho do coordenador administrativo no que se refere aos seguintes pontos:
 - pagamento da ajuda de custo para todo o pessoal cadastrado e que desenvolve atividades no Conselho;
 - realização de compras de materiais;
 - prestação de contas junto aos parceiros e instituições de financiamento;
 - elaboração de relatórios pedagógicos e administrativos para os parceiros e instituições de financiamento.
- Estabelecer e manter uma rede de parcerias locais. Com isso, espera-se que melhore o funcionamento das atividades de educação de jovens e adultos;
- Supervisionar todas as atividades educativas desenvolvidas pelos núcleos do Conselho;
- Realizar reuniões mensais com as coordenações dos 12 pólos que integram o Projeto *Educar para Mudar*, com o objetivo de monitorar o andamento das atividades e buscar alternativas para assegurar a qualidade do trabalho;
- Valorizar e respeitar os conhecimentos, as experiências e a cultura dos coordenadores pedagógicos, dos educadores e dos educandos;
- Garantir a formação continuada dos coordenadores pedagógicos;
- Criar e oferecer condições para que os educandos recebam um ensino de qualidade;
- Motivar educadores e coordenadores pedagógicos para que dêem continuidade aos seus estudos. No caso dos coordenadores, incentivá-los a continuar os estudos em cursos de graduação universitária;
- Estabelecer relações com as escolas públicas que aplicam os testes para o ingresso dos educandos no segundo segmento do ensino fundamental, de modo que possa ser utilizado o próprio espaço dos núcleos para a realização dos testes;
- Pressionar escolas públicas e secretarias de educação para que abram vagas, nos municípios onde existam núcleos do Conselho, para o segundo segmento do ensino fundamental (5^a a 8^a).



7 Papel e atribuição dos Coordenadores Pedagógicos

Os coordenadores pedagógicos que participam do Projeto *Educar para Mudar* pertencem às comunidades próximas aos núcleos onde atuam. Esse é um requisito importante, pois espera-se que esses agentes conheçam a realidade onde atuam. Além disso fica mais fácil chegar aos locais onde funcionam as salas.

Devem ainda ter o terceiro grau completo ou estar na etapa final de conclusão do curso.

Tendo como referência que coordenar significa “ordenar junto com o outro”, o trabalho do coordenador pedagógico deve ser em conjunto com o do educador e o do educando. São suas prioridades:

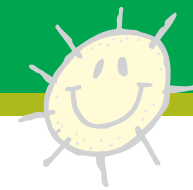
- Organizar a primeira semana de aula, assegurando momentos de acolhimento e apresentação da proposta de trabalho para todos os educandos;
- Organizar a aplicação e a correção do diagnóstico de *habilidades de leitura, escrita e matemática*, dirigido aos educandos que estão ingressando no projeto *Educar para Mudar*;
- Discutir os resultados do diagnóstico de habilidades com os educadores, para que possam conhecer e sistematizar informações sobre os educandos, facilitando a aprendizagem e a melhoria da qualidade do trabalho realizado pelo educador;
- Elaborar o planejamento semanal (ou quinzenal), mensal e anual;
- Planejar reuniões pedagógicas que assegurem aos educadores momentos de estudo, pesquisa, planejamento, avaliação e trocas de experiências;
- Pesquisar e organizar fontes e materiais que possam subsidiar o planejamento dos educadores, bem como sua formação;
- Participar de atividades de formação dirigida aos educadores e também daquelas dirigidas especificamente ao seu grupo;
- Fornecer o acesso dos educadores a diversas fontes de informação para pesquisa e estudo (vídeos, livros, jornais, revistas etc.);
- Promover momentos de formação em outros espaços educativos que não os do Conselho: bibliotecas, museus, teatros, cinema, seminários, palestras, oficinas. Realizar também visitas a outros projetos educativos da cidade e de outros estados;
- Propiciar trocas de experiências sistemáticas entre os educadores, por meio da análise de situações consideradas importantes para serem realizadas com os educandos;
- Produzir relatórios sobre as visitas às salas;
- Organizar e sistematizar informações sobre educandos, educadores e sobre os núcleos, de modo a prestar contas junto às instituições de financiamento¹⁰.

10 Os documentos que são mensalmente encaminhados para prestação de contas: recibo de pagamento (educador e coordenador); termo de adesão; nota fiscal de compra de materiais. Os documentos que são semestralmente encaminhados para prestação de contas: ficha de matrícula dos educandos; cadastro dos educandos; relatório de visita; relatório de reuniões pedagógicas; cadastro dos educadores e relação com nomes de todos os educadores.

Isso implica que o coordenador pedagógico deve:

- Ter espírito de liderança;
- Motivar os educadores para o trabalho;
- Estabelecer o diálogo e definir, junto com os educadores, os objetivos do trabalho pedagógico;
- Planejar e avaliar, sistemática e continuamente, o trabalho educativo, em permanente diálogo com educadores e educandos;
- Buscar fontes de pesquisas e materiais;
- Responsabilizar-se, junto com os educadores, na concretização dos princípios educativos do Projeto *Educar para Mudar*;
- Realizar reuniões com os educadores;
- Fomentar e planejar atividades culturais na comunidade;
- Oferecer serviços à comunidade onde atuam.





8 Papel e atribuição dos Educadores

Os educadores que participam do Projeto *Educar para Mudar* pertencem às comunidades próximas aos núcleos onde atuam. Devem ter concluído o ensino médio ou estar na etapa final de conclusão.

O que é esperado do educador:

- Diagnosticar demandas nas comunidades;
- Cadastrar e recadastrar os educandos semestralmente;
- Aplicar o diagnóstico que avalia, nos educandos que ingressam no projeto, as habilidades de leitura, escrita e matemática. O procedimento deve ser realizado tanto no decorrer do período como a cada novo ingresso de educandos.
- Organizar informações (tabelas e quadros) sobre o perfil socio-econômico e cultural dos educandos, sobre seus conhecimentos e habilidades prévias;
- Registrar as aulas e as frequências dos educandos nos instrumentos definidos pelo Conselho;
- Ser assíduo e pontual, tanto nas aulas como nas reuniões pedagógicas e nos encontros de formação;
- Planejar e avaliar continuamente o seu trabalho. É importante sempre considerar quem são os jovens e adultos que frequentam

sua sala de aula, valorizando sua cultura e seus conhecimentos prévios;

- Participar de atividades de formação;
- Ler e pesquisar os temas para atividades que pretende realizar com os educandos;
- Observar e apoiar os educandos no seu processo de aprendizagem, ouvindo-os e orientando-os;
- Planejar pelo menos duas atividades anuais em outros espaços educativos, como parques, teatros, museus, bibliotecas, cinemas etc.

Para executar bem um plano e fazer os ajustes indispensáveis para que se cumpram os objetivos, o educador deve assumir uma postura avaliativa constante. Ou seja: deve avaliar, ao longo de todo o processo, tanto a dinâmica geral do grupo quanto o desempenho de cada um dos educandos. A avaliação da dinâmica geral dará indicações de eventuais mudanças no plano traçado. Em relação ao desempenho individual, a avaliação poderá indicar a necessidade de criar estratégias pontuais e dirigidas a educandos específicos.

Nessa perspectiva, não se avalia apenas o que os educandos sabem ou não sabem fazer. Também é avaliada a proposta pedagógica e a estratégia adotada pelo educador em relação aos educandos.

9 Formação dos Coordenadores e Educadores

Critérios de seleção

O processo de seleção de coordenadores e educadores tem critérios previamente estabelecidos. A definição de tais critérios é um importante passo para reconhecer e legitimar os agentes que irão desempenhar a atividade educativa voltada para a comunidade.

Os critérios de seleção possibilitam a constituição de um grupo de educadores identificados de fato com o trabalho do Conselho. Deve ser considerado também o nível de escolaridade do educador e de segurança para realizar a atividade.

A seleção é um processo aberto e divulgado na comunidade. O Conselho cria uma comissão que elabora um edital, define o perfil dos educadores (a partir dos critérios já definidos) e também organiza as entrevistas e estágios que servirão como instrumentos de seleção.

Atividades de formação contínua dos educadores

Encontros de formação

Os encontros de formação têm como principal objetivo melhorar a qualidade da educação que se oferece no Projeto *Educar para Mudar*.

Nos encontros, educadores e coordenadores pedagógicos realizam duas ações principais:

- refletem sobre os fundamentos teóricos da aprendizagem e sobre

os processos cognitivos que fundamentam sua prática educativa;

- conhecem propostas atualizadas de alfabetização e materiais didáticos que podem servir de referência para a preparação das aulas.

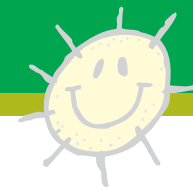
Os conselhos devem privilegiar tais encontros para compartilhar experiências e situações de aprendizagem. Eles são uma importante ferramenta para motivar o trabalho e ajudar a diminuir a evasão de alunos.

Atualmente, ocorre um encontro mensal reunindo todos os educadores e coordenadores pedagógicos que atuam no Conselho. Esses encontros são coordenados pela Ação Educativa.

Reuniões Pedagógicas Semanais

As reuniões pedagógicas são fundamentais para o trabalho de educação e alfabetização de jovens e adultos. São realizadas pelos coordenadores pedagógicos, que nos Conselhos são responsáveis pela formação dos educadores.

Os encontros semanais são espaços privilegiados para educadores e coordenadores refletirem e dialogarem sobre o trabalho que realizam. Trocam experiências sobre os processos de aprendizagem dos educandos e sobre seus próprios processos de desenvolvimento profissional. As reuniões também privilegiam o planejamento, a avaliação e o estudo de temas relevantes sobre EJA, além do esclarecimento



de dúvidas e da proposição de alternativas para os problemas que surgem no decorrer do trabalho.

Os encontros acontecem normalmente às sextas-feiras, no horário habitual das aulas.

Atividades de formação contínua dos coordenadores pedagógicos

Supervisão

Visitas aos Núcleos EJA

As visitas aos núcleos de educação de jovens e adultos são momentos de interação entre o educador, o coordenador pedagógico e os educandos.

É importante ter em mente que não se trata de uma fiscalização, pois o Conselho é um movimento de pessoas solidárias, que se dispõem a educar e alfabetizar.

Trata-se de uma visita de companheiros que, juntamente com educadores e educandos, buscam estratégias que melhorem a qualidade educativa do trabalho.

O coordenador poderá, por exemplo, verificar se as atividades planejadas em conjunto, na reunião pedagógica, foram bem compreendidas pelo educador e bem aceitas pelos educandos. E também se há dúvidas e dificuldades a serem discutidas e esclarecidas nas próximas reuniões.

As visitas são registradas pelo coordenador, que posteriormente discute com os educadores as práticas adotadas em sala de aula.

Não é o caso, portanto, de ter algum acanhamento para fazer anotações. É importante sempre transmitir a sensação de parceria, de atividades que se complementam. Assim, o coordenador pedagógico passa a ser mais um suporte para o educador, para que ele possa esclarecer dúvidas, resolver problemas e implementar melhorias.

A visita também é uma estratégia usada pelos coordenadores para conhecer e apoiar o trabalho educativo e pedagógico realizado pelo educador.

A idéia é que as visitas sejam transformadas em um exercício de parceria entre coordenador pedagógico e educador. Juntos, podem construir um modelo adequado às características e necessidades do dia-a-dia da sala de aula. Esse acompanhamento, planejado coletivamente, deve ser registrado e socializado de maneira permanente nas reuniões pedagógicas, o que garantirá uma troca sistematizada de experiências.

Essa prática, construída coletivamente, dará aos educadores mais segurança para desenvolver uma proposta pedagógica adequada às necessidades dos seus educandos.

10 Participação dos educandos

Os interessados em ingressar nos cursos de alfabetização de jovens e adultos podem fazê-lo em qualquer período do ano. É importante, então, manter a comunidade informada sobre a localização das salas e os horários de funcionamento.

Os educandos que freqüentam o Projeto *Educar para Mudar* estão permanentemente convidados a participar das atividades programadas pelos educadores e coordenadores pedagó-

gicos: visitas a museus, bibliotecas, teatros; caravanas culturais; festas; campanhas educativas; aulas. Também devem ser sempre chamados para participar do *diagnóstico das habilidades de leitura, escrita e matemática*. O objetivo dessa iniciativa é garantir um processo educativo e pedagógico mais eficaz.

Como a prioridade do trabalho de Educação de Jovens e Adultos é o educando, faz-se necessário:

- valorizar sua cultura;
- valorizar seus conhecimentos prévios;
- considerar sua condição de jovem ou adulto, o fato de trabalharem e de, na maioria das vezes, serem marginalizados pela sociedade;
- promover a escuta, o diálogo, a troca de experiências entre educandos e entre educandos e educadores;
- promover atitudes de cooperação, solidariedade, confiança e coletividade;
- desenvolver e possibilitar que os educandos tenham vivências culturais, tais como: roda de histórias, coral, música, teatro etc.;
- propor atividades significativas considerando todas essas especificidades.



11 Espaços físicos: caracterização dos núcleos de alfabetização

As salas de alfabetização de jovens e adultos sob a responsabilidade do Conselho atendem, aproximadamente, 25 educandos por turma. Funcionam em espaços cedidos pelas comunidades, como igrejas, centros pastorais etc. Muitos destes locais, apesar de não oferecerem boas condições de funcionamento, são o que de melhor as comunidades podem oferecer para assegurar a educação da população local.

Não existe um acordo formalizado em relação ao uso dos espaços cedidos pela comunidade. Muitas vezes isso acarreta problemas, como a retirada das salas sem aviso prévio, o que gera sérios prejuízos para o trabalho de alfabetização.

Seria importante que o Conselho pensasse em uma estratégia para formalizar as parcerias. Também seria interessante encontrar formas de dar visibilidade a essa relação. Por exemplo: citar quem são os parceiros em apresentações sobre o trabalho realizado pelo Conselho, tanto dentro quanto fora da comunidade.

A cessão dos espaços é de grande importância para o sucesso do trabalho, pois sem eles o Conselho dificilmente teria condições de implantar e manter o serviço.

Os espaços ocupados nas comunidades são os seguintes:

- Escolas estaduais;
- Escolas municipais de educação infantil – EMEIs;

- Empresas;
- Associação de moradores;
- Salões paroquiais;
- Residências;
- Escolas comunitárias – construídas pelos educadores e educandos.

Em geral, os núcleos contam com a seguinte infra-estrutura: salas com iluminação, banheiros, carteiras, mesas, quadro-de-giz.

Existem locais, contudo, que precisam de uma série de improvisações, principalmente no que diz respeito ao quadro-de-giz, mesas e bancos. Nesse caso, o funcionamento depende do importante apoio que é dado por educadores e educandos.

A organização do espaço físico

Os espaços onde funcionam as salas de alfabetização de jovens e adultos devem ser adequados a essa função. É preciso pensar em mobiliário, iluminação, ventilação, instalações sanitárias. Entretanto, mesmo que os espaços físicos não sejam ideais, vários recursos de organização podem ser adotados.

É importante que educadores e coordenadores pedagógicos dediquem um determinado tempo para pensar em como intervir na organização espacial. Devem sempre ter em mente a qualidade da interação do grupo. Tal preocupação refletirá positivamente sobre o processo de ensino-aprendizagem.



As carteiras, por exemplo, podem ser dispostas em círculo ou agrupadas de quatro em quatro. Tal iniciativa irá melhorar o diálogo e a realização das tarefas.

As paredes também devem ser valorizadas. Podem servir, por exemplo, para fixar um alfabeto grande e legível, algo imprescindível durante o processo de alfabetização. Também podem exibir calendários e cartazes.

O importante é que educadores e educandos sempre pensem em alternativas para tornar o espaço agradável e propício à alfabetização.

Também é preciso garantir um número de educandos condizente

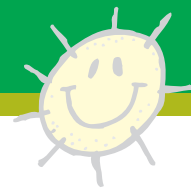
com o tamanho do espaço e com a infra-estrutura disponível. Só assim será possível desenvolver os objetivos da aprendizagem.

Recomendações para organizar o espaço físico

- Deve ser amplo, arejado, limpo e bem iluminado. As paredes, se possível, devem ser pintadas com cores claras.
- Deve ser um local em que as pessoas tenham acesso ao sanitário e a água potável.
- A disposição do mobiliário deve favorecer a movimentação das pessoas e a alternância da disposição das carteiras.
- Deve ter espaços para quadro-de-giz, murais, calendário, cartazes etc.
- Precisa de espaços organizados para o acesso dos educandos a materiais escritos (textos, livros e jornais). Podem estar dispostos em caixas de livros ou em um *canto de biblioteca*.
- Os educandos precisam de um lugar para expor seus trabalhos.
- O lugar deve ser aconchegante.

Quanto a materiais disponíveis...

- Para os educadores – materiais didáticos, paradidáticos, vídeos, jornais, revistas, CDs.
- Para os educandos – materiais didáticos, paradidáticos, livros, vídeos, jornais, revistas, CDs.



12 A organização do tempo

O tempo destinado à alfabetização de jovens e adultos é uma questão bastante complexa. Por um lado, busca-se “recuperar o tempo perdido”; por outro, busca-se estabelecer um tempo que seja adequado à disponibilidade de horário dos educandos.

Quebrar essa dicotomia é um desafio para todas as pessoas envolvidas e também para o próprio Conselho. Muitas vezes, as condições são pouco adequadas no que se refere à localização das salas, infra-estrutura de apoio às atividades, formação dos educadores, horários de funcionamento das salas etc.

Tudo isso deve ser pensado na hora de criar alternativas que flexibilizem as formas de ensinar e aprender.

O Conselho segue uma rotina que busca atender à disponibilidade

de tempo dos educandos. A grande maioria das turmas funciona à noite. Algumas atendem à tarde.

Os educandos podem se inscrever em qualquer período do ano e as aulas acontecem de segunda a quinta-feira, durante duas horas diárias.

Devido às características do público atendido, é necessário refletir sobre uma nova organização do tempo destinado às atividades pedagógicas.

Para enfrentar esse desafio, é importante conhecer quais são os outros espaços educativos existentes nas comunidades. A partir desse reconhecimento, os educadores e coordenadores pedagógicos poderão redimensionar a organização das atividades educativas e pedagógicas realizadas pelo Conselho, ampliando a possibilidade de educar e educar-se com as comunidades.

Recomendações para organizar os tempos escolares

- Prever cotidianamente momentos de leitura compartilhada, com textos diversos e feita por um leitor fluente.
- Prever momentos de conversas entre educandos e entre estes e os educadores.
- Prever atividades lúdicas uma vez por semana, como jogos e brincadeiras.
- Prever diariamente momentos de leitura individual.
- Prever, semanalmente, rodas de leitura, idas à biblioteca e a outros espaços educativos existentes na comunidade.
- Articular e promover atividades culturais em parceria com outros grupos da comunidade.

13 Orientações curriculares para o desenvolvimento da alfabetização

Uma pergunta central sempre surge durante o processo de formação continuada dos educadores e coordenadores pedagógicos: que conhecimentos abordar com os jovens e adultos em processo de alfabetização?

A resposta não pode estar desvinculada dos fundamentos e dos objetivos que embasam o programa de educação e alfabetização do Conselho Comunitário.

Foram definidos como materiais de referência para que educadores e coordenadores possam elaborar uma proposta pedagógica adequada aos interesses e necessidades dos educandos:

- *A Proposta Curricular para o primeiro segmento do ensino fundamental para jovens e adultos;*
- *A coleção Viver, Aprender;*
- *A coleção Poetizando, Confabulando e Historiando.*

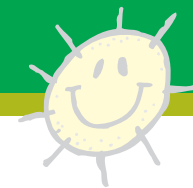
Na área de Língua Portuguesa, é preciso trabalhar a linguagem oral e a introdução e o desenvolvimento da leitura e da escrita. Ao final do curso, espera-se que os jovens e adultos:

- tenham ampliado seus recursos lingüísticos,
- escrevam textos simples;
- entendam textos lidos e saibam preencher uma ficha de trabalho;
- tenham adquirido conhecimentos para continuar estudando.

Na área de Matemática, é preciso trabalhar as operações básicas de matemática (adição, subtração, multiplicação, divisão). Ao final do curso, espera-se que jovens e adultos saibam resolver problemas e desenvolver o raciocínio lógico.

Na área de Estudos da Sociedade e da Natureza é preciso trabalhar questões básicas de saúde, trabalho, ecologia, direitos humanos, política e cultura. Ao final do curso, espera-se que jovens e adultos tenham ampliado a visão de mundo, desenvolvido melhor o espírito crítico, incorporado valores relacionados à ecologia, cidadania, qualidade de vida e direitos humanos. Enfim, que consigam exercer sua cidadania plenamente.

Não se trata, portanto, de trabalhar conteúdos desvinculados da filosofia e dos objetivos do programa. É preciso que haja uma interação entre eles para que o trabalho realizado não vire ativismo.



14 Metodologia

A metodologia de trabalho nos cursos de educação e alfabetização de jovens e adultos do Conselho é inspirada nas propostas de Paulo Freire e do Construtivismo, de Emília Ferreiro.

De acordo com Paulo Freire, é preciso levar em consideração o conhecimento que o educando já tem daquilo que ele sabe fazer, objetivando levá-lo a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem. A relação que deve ocorrer na sala de aula entre educando e educador é de sujeito para sujeito e não sujeito-objeto. Toda prática educativa tem de ser fundamentada no diálogo e na reflexão permanentes entre educador-educando.

De acordo com a proposta Construtivista de Emília Ferreiro, o educando que vive num mundo letrado tem noção da escrita. Pode escrever textos significativos baseados em seus conhecimentos da língua, ainda que, no início, não produza escrita convencional. É com essas produções que o educador deverá trabalhar, ajudando o educando a analisar e introduzir novas informações.

Material didático

Inúmeros educadores ainda usam a cartilha como material didático para a alfabetização. As razões para tal escolha têm sido assim justificadas: fácil acesso, falta de material específico para jovens e adultos, certa segurança dada a educadores e educandos.

Mas a questão é mais complexa. Por trás dessa escolha configura-se uma concepção própria de educação, de aluno e de aprendizagem. A cartilha tem um material pronto e acabado; não considera o que os alunos já sabem. Com isso, o educador não se pergunta se os temas das lições são significativos para seus educandos.

O mundo mudou radicalmente. Vivemos em uma outra era, embora os problemas do mundo antigo continuem. A economia, a política, a cultura e a sociedade estão sob a mira da velocidade, da objetividade e da precisão. O fundamento de qualquer ação é o conhecimento. Conhecimento hoje é sinônimo de riqueza e qualidade de vida. As pesquisas sobre o processo cognitivo da aprendizagem passaram a ser mais bem estudadas e definidas recentemente.

Estar preso à cartilha, sem trabalhar a dimensão do conhecimento nesse mundo globalizado, é viver no mundo antigo. Atualmente, o texto é construído pelos educandos e educadores, a partir de suas vivências e conhecimentos.

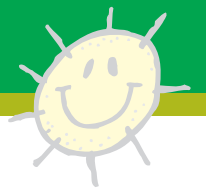
Ao invés de usar um único texto na alfabetização, é muito mais rico e dinâmico o uso de vários textos. Desse modo, o processo de ensino-aprendizagem acontecerá de maneira efetiva. O emprego de eixos temáticos criará uma interação entre todas as áreas em estudo.

15 Educar e Alfabetizar é...

...ampliar o conhecimento cognitivo do indivíduo, preparando-o para a leitura do mundo, resgatando a sua auto-estima e fazendo-o reconhecer seus direitos e deveres como cidadão.

Temos como objetivos gerais que os educandos sejam capazes de:

- Dominar os instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam compreender melhor e atuar no mundo em que vivem;
- Incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida;
- Valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas, conhecer direitos e deveres da cidadania;
- Desempenhar de modo consciente e responsável seu papel no cuidado e na educação das crianças, no âmbito da família e da comunidade;
- Conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, respeitar as diferenças de gênero, geração, raça e credo, fomentando atitudes de não-discriminação;
- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade;
- Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais;
- Formar pessoas críticas, autônomas, permitindo-lhes exercitar sua autonomia com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais em que possa conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira e fomentando atitudes de não-discriminação;
- Possibilitar que educadores e educandos tenham acesso aos bens sociais e históricos produzidos pela humanidade;
- Promover atividades educativas e culturais que envolvam educadores e educandos.



*Proposta
Político-Pedagógica*

*Conselho Comunitário
de Educação, Cultura e
Ação Social da Grande São Paulo*

